



ASSÉDIO MORAL

violência silenciosa afeta cada vez mais trabalhadores,
como identificar e combater o problema? **p3**



Nossa oposição ao controle eletrônico de frequência no IFC **p2**

Senador quer R\$50 mil de servidora que o gravou durante voo **p4**

agenda sindical

junho
9 e 10

Curso "Como Funciona a Sociedade"



O SINASEFE Litoral promove os módulos I e II do Curso "Como Funciona a Sociedade" no Campus Blumenau do IFC no início de junho. As **inscrições podem ser feitas no formulário online em <http://bit.ly/cursolitoral18>, entre os dias 09 e 25 de maio (servidores do IFC) e entre 21 de maio e 1º de junho (participantes externos). As vagas são limitadas!** O curso busca aproximar seus participantes de conceitos como o mercado, o valor das mercadorias e da força de trabalho, o salário e a produção do valor excedente, o processo de exploração e a acumulação de capital, bem como a relação entre classes no atual sistema de produção capitalista. Mais informações em nosso site pelo link: <http://bit.ly/cursoCFSBlu18>

Direto ao Ponto: nossa oposição ao controle eletrônico de frequência no IFC

As formas de controle do trabalho dos servidores têm sido um dos principais debates realizados dentro do IFC. Essas discussões estão relacionadas ao fato da Reitoria realizar testes para a implantação do ponto eletrônico para os técnico-administrativos. O controle eletrônico atualmente é realizado pelos docentes, que se tornaram reféns de um sistema automatizado extremamente burocratizado cujos registros não condizem com o cotidiano do seu trabalho.

O debate sobre a implantação do ponto eletrônico tem por base a necessidade de encontrar formas de controlar o tempo de trabalho. O capitalismo, baseando o salário pago aos trabalhadores na produção realizada durante certo tempo, necessitou criar mecanismos que pudessem medir os minutos e horas dentro das fábricas. O trabalho de cada um passou a depender muito mais do relógio, que não apenas passava a medir a produtividade como a impor o ritmo da mesma.

O ponto eletrônico busca dar maior precisão a esse controle dos corpos, fazendo com que todos saibam onde e a que horas estavam aqueles trabalhadores. Não importa a qualidade do trabalho ou mesmo se ele foi realizado, afinal a preocupação está em saber se os servidores estavam em condições de registrar o ponto no horário em que deveriam fazê-lo. O controle da vida dos trabalhadores sob a lógica fordista parece ter continuidade no discurso legalista da auditoria incorporado de forma acrílica pela gestão do IFC.

O controle eletrônico de frequência ignora as particularidades de cada trabalhador e da atividade que devem desenvolver, não contribuindo em nada para a melhoria do desempenho no trabalho. Essa forma de controle serve apenas para aprisionar ainda mais os trabalhadores, em um cenário no qual se observa o recrudescimento da opressão e da repressão por parte do Estado.

O Sinasefe Litoral, que aprovou em assembleia o boicote aos testes que vêm sendo realizados para a implantação do ponto eletrônico, entende que todas as formas de controle podem acabar sendo utilizadas para clientelismo entre o servidor e sua chefia ou como mecanismo de ameaça e até mesmo de assédio. Entendemos que seja preciso suspender os testes e a implantação do ponto eletrônico no IFC, apontando para a necessidade de que se discuta formas de acompanhamento do trabalho que não sejam autoritárias e fortalecedoras do discurso jurídico reacionário que permeia a sociedade. ✕

EDUCação, o boletim informativo do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - Seção Litoral SC. Representante dos docentes e técnico-administrativos em educação das unidades Araquari, Blumenau (Campus e Reitoria), Brusque, Camboriú, São Bento do Sul e São Francisco do Sul do Instituto Federal Catarinense.

BIÊNIO 2017-2019
VOZES EM LUTA

Coordenação Geral Rosana Cuba e Frederico Bazana
Secretaria Geral Luciana Colussi (*Suplente-Renilse Batista*) | **Tesoureira Geral** Flávia Walter (*Edv Anderson dos Santos*) | **Comunicação e Formação Política e Sindical** João Cichaczewski (*Michel Silva*)

Assuntos Legislativos e Jurídicos Mario Ferreira (*Joseane Kammer*) | **Pessoal** Jorge dos Santos (*Daniel Minuzzi*) | **Representação Unidades Araquari/SFS/SBS** Patricia Bomfanti (*Vera Lúcia da Silva*) | **Brusque/Camboriú** Evandina da Silva (*Alessandro Becker*) | **Reitoria/ Blumenau** Marco Antonio dos Santos (*Rubia Sagaz*)

SINASEFE Litoral Rua Joaquim Garcia s/n (IFC Camboriú) **Jornalista responsável** João Moura MTB 17324/RS

☎ 47 2104-0881 | 3365-1982 🌐 sinasefe-ifc.org/litoral **Fechamento e tiragem desta edição** 02/03/18 | 600

✉ coordenalitoral@sinasefe-ifc.org | secretaria@sinasefe-ifc.org | comunicacionalitoral@sinasefe-ifc.org 📌 [sinasefelitoral](https://www.facebook.com/sinasefelitoral)

humilhação,
constrangimentos,
sensação de inutilidade,
vergonha e culpa...

Assédio Moral: como tirar da Invisibilidade?

Com o trabalho dependendo sempre mais das decisões mentais e das escolhas racionais dos trabalhadores, os problemas físicos ganharam a companhia dos problemas da mente, os males psicológicos, entre as doenças associadas ao trabalho em todo o mundo.

Tão antigos quanto o próprio conceito de trabalho, as humilhações e maltratos, causa de distúrbios e depressões cada vez mais comuns, só foram caracterizados como um fenômeno, o “assédio moral” na virada para este século. A sua definição ganhou corpo em estudos como da psiquiatra francesa Marie-France Hirigoyen, que em “Mal-Estar no Trabalho” (2001), definiu este tipo de assédio como uma “guerra psicológica” envolvendo abuso de poder e manipulação perversa.

Como identificar o problema?

A caracterização das ações compreendidas como assédio no trabalho ainda é alvo constante de debate. O *box* ao lado define algumas de suas características, mas sua prática varia em cada caso.

De acordo com a Cartilha Informativa sobre o Assédio da Wagner Advogados Associados, as condutas que caracterizam o assédio são aquelas que visam humilhar, ridicularizar, menosprezar, inferiorizar, rebaixar e/ou ofender o trabalhador.

São situações geralmente repetidas e prolongadas, ou então únicas, mas extremamente graves, que causam ao trabalhador sofrimento emocional e físico.

Ainda de acordo com a cartilha em muitos casos o objetivo do

assédio é mudar a forma de proceder do trabalhador em relação a algum assunto, “por exemplo, para que deixe de apoiar o sindicato ou determinado movimento reivindicatório em curso, ou simplesmente visando humilhá-lo como uma espécie de punição por suas opiniões ou atitudes”.

Como combatê-lo?

Para Emmanuel Martins, advogado da SLPG, escritório que presta Assessoria Jurídica ao SINASEFE Litoral, um trabalhador que considera ser vítima de assédio moral precisa proceder de duas maneiras. Por um lado, precisa juntar provas de sua situação, já que as evidências da conduta são difíceis de se conseguir. Ele dá o exemplo das reuniões de trabalho: “Toda reunião merece, ou deveria merecer, um relatório ao seu final. É elementar uma ata de reunião que reflita o que foi discutido em todos os seus termos, inclusive com as expressões que tenham sido utilizadas pelos presentes”.

Além disso, podem ser tomadas outras medidas para registrar o assédio. De acordo com o advogado, a vítima deve “evitar reuniões isoladas com o assediador, evitar atender chamados para reuniões que não sejam feitas por escrito, em memoriais de convocação ou por email”. Sempre que possível também deve estar ao lado de testemunhas que possam comprovar o assédio.

O advogado indica também que a vítima busque apoio de seu sindicato: “e quando eu digo o

sindicato não é necessariamente o jurídico, porque na maioria dos casos a solução desses conflitos é através da intervenção política que o sindicato faz junto à chefia ou junto ao assediador”, completa.

Além das questões jurídicas e políticas, o auxílio psicológico também é necessário. Esse suporte pode auxiliar a vítima para seu retorno ao ambiente de trabalho e reverter os efeitos psicológicos, os mais profundos sobre a vida dos trabalhadores.

Para que o trabalho seja uma experiência recompensadora é essencial um ambiente de trabalho livre do assédio. Saber identificá-lo e combatê-lo são, portanto, cada dia mais fundamentais. ✕

Práticas identificadas com o Assédio

- perseguição ou submissão da vítima a pequenos ataques repetidos
- se expressa por diversas atitudes do assediador, não necessariamente ilícitas, concretizadas de várias maneiras (gestos, palavras, atitudes, omissões)
- prática repetida, sistemática
- criação de uma relação assimétrica de dominante e dominado psicologicamente
- utilização de recurso e meios insidiosos, sutis, que visam diminuir a capacidade de defesa do assediado
- pode ter motivações variadas por parte do assediador
- destruição da identidade da vítima, violação da dignidade pessoal, profissional, e, sobretudo, da integridade psicofísica do assediado
- danos à saúde mental do assediado
- coloca em perigo a manutenção do emprego da vítima
- degradação do ambiente de trabalho

Leia em nosso site a entrevista completa com Emmanuel Martins.

Fonte: Manual de prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual e à discriminação do Min. Público do Trabalho

32º CONSINASEFE elege nova Direção Nacional e Conselhos Fiscal e de Ética

Realizado entre os dias 28 de Abril e 1º de Maio, O 32º CONSINASEFE reconfigurou a Direção Nacional da entidade e seus mecanismos de controle, os Conselhos Fiscal e de Ética.

A DN e o Conselho Fiscal terão agora dois anos de mandato, enquanto o Conselho de Ética eleito trabalhará até 2019. A nova gestão da DN segue o critério de paridade de gênero, conforme aprovado no 31º CONSINASEFE, sendo composta por 14 mulheres e 13 homens. Duas coordenações também são novidades em sua estrutura a Coordenação de Mulheres e de Combate às Opressões.

Conforme definido em Assembleia, acompanharam o Congresso

como delegados do Sindicato Débora Regina Claudiano, Evandina Argenta da Silva, Guilherme Migliorini, Herlon Iran da Rosa, Isaias dos Santos, João Carlos Cichaczewski e Rúbia Graziela de Souza Sagaz. Carlos Alberto do Santos e Sidnei Skarbek participaram como observadores.

A eleição para a DN tem proporcionalidade qualificada conforme a votação de cada chapa.

Confira a divisão por chapas da nova DN no *box* ao lado. O resultado para os representantes eleitos para os Conselhos estão em nosso site. **X**

Leia mais: acesse nossa cobertura completa do 32º CONSINASEFE em <http://bit.ly/32CONSINASEFE>

CONSINASEFE Votação por Chapas

Sinasefe independente, democrático e de lutas	151 votos (31,5%)
Sonhar e lutar	128 votos (26,7%)
Firmes na luta	88 votos (18,3%)
Inconfidentes avançando na luta classista	65 votos (13,5%)
Em defesa da unidade da classe trabalhadora	47 votos (9,8%)

5 Votos Nulos | 1 Voto em Branco

do nosso site

Senador quer R\$50 mil de indenização de servidora do IFC que o gravou durante voo

Romero Jucá (MDB-RR) entrou na Justiça alegando danos morais da assistente social do Instituto Federal Catarinense Rúbia Sagaz em função dos questionamentos feitos por ela em vídeo que viralizou no final do ano passado.

Jucá, também conhecido nas listas de propinas da Odebrecht pelo codinome 'Caju', compôs um dos diálogos grampeados mais emblemáticos da história da República, em que afirmava, em 2016, ser necessário “estancar a sangria” provocada pela Operação Lava-Jato. Desde então, vem sendo um dos alvos principais da indignação popular com a condução do governo de Temer, seu aliado.

“Se ele tivesse argumentos não precisaria me processar”

Segundo Rúbia, o processo é baseado na ideia de que ela teria acusado Jucá de fazer “acordos

espúrios” e “ter amigos canalhas”, além de ter se gabado de seu ato e de ter dado entrevistas sobre o ocorrido nos dias seguintes.

“É verdade que eu publiquei na minha página e falei depois. O que não é verdade é que eu acusei ele. Eu questiono ele sobre um acordo que é ele quem cita”, afirma. “É claro que eu falo em tom de cobrança, claro que eu não estou num diálogo comum, porque foi esse acordo que tem tirado direitos dos trabalhadores, e esse áudio a gente tem visto como tem sido uma profecia. Como uma figura pública sendo questionada, ele poderia ter me respondido, mas ele preferiu não fazer”, completa.

Para ela, o Senador está utilizando o processo para tentar calar as vozes que discordam das ações de políticos como ele. “A maneira que ele pode mostrar o poder dele

sobre mim é utilizando a justiça. Eu sinto que é isso que está por trás”. **X**

Em nosso site: um vídeo com o relato de Rúbia e a íntegra desta notícia, em <http://bit.ly/voodoojuca>



Foto: João Moura/SINASEFE Litórci